

Soma Tecnologia e Serviços S.A
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025 e
relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações do fluxo de caixa	9
Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.	10
1. Informações sobre a Companhia	10
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	10
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	20
4. Caixa e equivalentes de caixa	21
5. Contas a receber de clientes	21
6. Outros ativos	22
7. Imobilizado	23
8. Fornecedores	24
9. Tributos a recolher	24
10. Outros passivos	24
11. Empréstimos	25
12. Contas a Pagar para Partes Relacionadas	25
13. Riscos processuais	26
14. Patrimônio líquido	27
15. Imposto de renda e contribuição social	28
16. Receita líquida de serviços	29
17. Custos e despesas por natureza	30
18. Resultado financeiro, líquido	31
19. Gestão de risco financeiro	31
20. Informações por segmento	36
21. Eventos subsequentes	36

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da
Soma Tecnologia e Serviços S.A.
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Soma Tecnologia e Serviços S.A.** (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados na seção intitulada “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Soma Tecnologia e Serviços S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **Soma Tecnologia e Serviços S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras.

Ênfase – Partes relacionadas

Chamamos atenção para a nota explicativa nº12 às demonstrações financeiras, que descreve que a Empresa mantém saldos e transações com partes relacionadas em montantes significativos nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Forvis Mazars Auditores Independentes
Avenida Desembargador Moreira, 1300, 17º andar, Aldeota
BS Desing Corporate Tower
CEP 60.170-002
Fortaleza - Brasil
www.forivsmazars.com/br

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

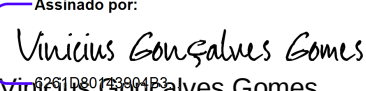
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas em nossos trabalhos.

Fortaleza, 24 de julho de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC nº 2SP023701/O-8 "F" RJ

Assinado por:

Vinicius Gonçalves Gomes
Contador CRCSP331964/O-4

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Balances patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e passivo a descoberto	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	1.302	24	Fornecedores	8	3.243	118
Contas a receber de clientes	5	4.252	2.126	Tributos a recolher	9	1.016	198
Impostos a recuperar		106	85	Obrigações fiscais correntes		846	628
Outros ativos	6	293	469	Empréstimos	11	6.667	2.404
Total do ativo circulante		5.953	2.704	Contas a pagar para partes relacionadas	12	4.331	6.471
				Outros passivos	10	205	210
Não circulante				Total do passivo circulante		16.308	10.029
Imobilizado	7	14	-	Não circulante			
Total do ativo não circulante		14	-	Empréstimos	11	3.515	1.562
				Contas a pagar para partes relacionadas	12	-	641
				Riscos processuais	13	-	16
				Total de passivo não circulante		3.515	2.219
				Total do passivo		19.823	12.248
				Passivo a descoberto			
				Capital social	14	18.444	18.444
				Prejuízos acumulados		(32.300)	(27.988)
						(13.856)	(9.544)
Total do ativo		5.967	2.704	Total do passivo e do passivo a descoberto		5.967	2.704

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita líquida de serviços	16	32.264	6.990
Custos dos serviços prestados	17	(1.413)	(505)
Lucro bruto		30.851	6.485
Despesas gerais e administrativas	17	(1.171)	(538)
Despesas comerciais	17	(28.884)	33
Despesas de pessoal	17	(110)	-
Outras despesas	17	(222)	(222)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas		464	5.758
Receitas financeiras	18	229	153
Despesas financeiras	18	(1.555)	(2.095)
Resultado financeiro, líquido		(1.326)	(1.942)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(862)	3.816
Imposto de renda e contribuição social	15	(3.450)	(821)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(4.312)	2.995
Lucro (Prejuízo) líquido por ação (expresso em R\$ por ação)			
Básico/ Diluído	14	(0,78)	0,56

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(4.312)	2.995
Resultado abrangente total	(4.312)	2.995

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2024	5.000	(30.983)	(25.983)
Aumento de capital	13.444	-	13.444
Lucro líquido do exercício	-	2.995	2.995
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.444	(27.988)	(9.544)
Prejuízo líquido do exercício	-	(4.312)	(4.312)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	18.444	(32.300)	(13.856)

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(4.312)	2.995
Ajuste por:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas	(20)	(35)
Provisão de juros sobre empréstimos	752	351
Provisão de juros sobre mútuos de partes relacionadas	595	1.613
Depreciação e amortização	2	-
Baixas de imobilizado e intangível	-	113
Riscos processuais	(16)	-
	(2.999)	5.037
Variações patrimoniais:		
Contas a receber de clientes	(2.106)	(2.029)
Impostos a recuperar	(21)	(18)
Outros ativos	176	1.328
Fornecedores	3.125	(138)
Tributos a recolher	818	171
Depósitos	-	(9.806)
Obrigações fiscais correntes	3.241	826
Contas a pagar para partes relacionadas	-	(15)
Outros passivos	(5)	(3.019)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	2.229	(7.663)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.023)	(198)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(794)	(7.861)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de Imobilizado	(16)	500
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(16)	500
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Contas a pagar para partes relacionadas	2.822	-
Empréstimos - Captações	10.000	5.010
Empréstimos - Amortizações	(4.536)	(1.395)
Mútuos de partes relacionadas - amortizações	(6.198)	(7.042)
Aumento de capital	-	7.444
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	2.088	4.017
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	1.278	(3.344)
Caixa e equivalente de caixa no começo do exercício	24	3.368
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	1.302	24
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	1.278	(3.344)
Transações que não impactam o caixa:		
Conversão de mútuo em aumento de capital	-	6.000
Aumento de Capital		(6.000)

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Soma Tecnologia e Serviços S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Fortaleza, Ceará na Avenida Whashington Soares, nº 4335, loja 802 e 803. A Companhia tem como objetivo social a prática de desenvolvimento e licenciamento de programas de computador e customizáveis ou não, agente de cobrança, correspondente a instituições financeiras, intermediação e gerenciamento de serviços e negócios em geral, prestação de serviços auxiliares no setor financeiro e promoção de vendas.

1.1. Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou: (i) patrimônio líquido negativo, no valor total de R\$ 13.856 (R\$ 9.544 em 31 de dezembro de 2024); (ii) prejuízos acumulados, no montante de R\$ 32.300 (R\$ 27.988 em 31 de dezembro de 2024); (iii) prejuízo líquido no exercício, no montante de R\$ 4.312 (R\$ 2.995 de lucro líquido no exercício de 31 de dezembro de 2024); e (iv) capital circulante líquido negativo, no montante de R\$ 10.355 (R\$ 7.325 em 31 de dezembro de 2024).

A administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, a referidas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A avaliação da Administração quanto à continuidade operacional está fundamentada, principalmente, nos seguintes fatores:

Maturação da estratégia de negócios: As mudanças estratégicas iniciadas em setembro de 2024 demandaram investimentos e adequações operacionais que impactaram o resultado do exercício de 2025.

Fortalecimento das operações de consultoria: Crescimento consistente de suas atividades de consultoria, que passou a representar a principal fonte de geração de receitas e caixa após a mudança estratégica da Companhia, contribuindo para a melhoria da rentabilidade e da eficiência operacional.

Ampliação de parcerias estratégicas: A Administração vem estruturando novas parcerias comerciais e operacionais, as quais deverão fortalecer a atuação da Companhia.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 24 de julho de 2026.

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.4. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos.

2.5. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.
As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Grupo do ativo imobilizado	31/12/2025	31/12/2024
Móveis e utensílios	10%	10%
Equipamentos informática	20%	20%
Veículos	20%	20%

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A taxa de depreciação se manteve no decorrer dos exercícios de dezembro de 2025 e 2024.

2.6. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

2.7. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.8. Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, na linha de gerais e administrativas, pelo seu valor histórico de principal, e no resultado financeiro a atualização do valor histórico de principal até a data do balanço.

A Companhia é parte em alguns processos trabalhistas, cíveis e tributários. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.9. Capital social

O investimento efetuado na Companhia pelos acionistas é representado pelo capital social, discriminando o montante subscrito, e, por dedução, a parcela ainda não realizada, denominada capital a integralizar.

2.10. Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

2.11. Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: 1) Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou 2) A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.12. Redução ao valor recuperável (impairment)

(a) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias;
- Existir um indicativo objetivo que o crédito não será recuperado antes dos 90 dias;

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

2.13. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e reconhecida quando (ou à medida que) a Companhia satisfaz a obrigação de desempenho, mediante a prestação dos serviços contratados, em conformidade com o CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente). Os serviços da Companhia incluem:

- Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, tanto customizáveis quanto não customizáveis;
- Atuação como agente de cobrança e correspondente de instituições financeiras;
- Intermediação e gerenciamento de serviços e negócios em geral;
- Prestação de serviços auxiliares no setor financeiro;
- Promoção de vendas.

Os serviços prestados e ainda não faturados até a data-base são reconhecidos como receita no resultado do período em que são executados, em contrapartida a ativo registrado no ativo circulante sob a rubrica "Contas a receber a faturar". Esse ativo representa o direito da Companhia à contraprestação por serviços já transferidos ao cliente e é reclassificado para "Contas a receber de clientes" no momento do faturamento, quando o direito à contraprestação se torna incondicional, dependendo apenas do decurso do prazo.

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.14. Tributos

Tributos sobre as receitas

As receitas são tributadas pelo regime cumulativo, sujeitando-se às alíquotas de 0,65% para PIS e 3,0% para COFINS, além do ISS à alíquota de 5%.

Tributos sobre o lucro

O imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são apurados com base no lucro presumido. Nesse regime, a base de cálculo é determinada pela aplicação do percentual de presunção de 32% sobre a receita bruta, acrescida das receitas financeiras e demais receitas sujeitas à tributação. Sobre essa base, aplicam-se as alíquotas de 15% para IRPJ, adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder R\$ 60 mil por trimestre, e 9% para CSLL.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

2.15. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.16. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2025

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1): Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 22, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23, que contempla alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.17. Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Reforma tributária - A reforma tributária sobre o consumo avançou com a publicação da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025 (oriunda do PLP nº 68/2024), que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023 e institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS substituirá o ICMS e o ISS, enquanto a CBS substituirá o PIS e a COFINS.

Em complemento, foi sancionada a Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026 (oriunda do PLP nº 108/2024), publicada no Diário Oficial da União em 14 de janeiro de 2026, que institui o Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e dispõe sobre a administração, a fiscalização, o contencioso administrativo e a distribuição da arrecadação do IBS entre os entes federativos.

As atividades da Companhia, atualmente tributadas pelo ISS, pelo PIS e pela COFINS, passarão a se sujeitar ao IBS e à CBS sob o regime geral, não cumulativo. A implementação ocorrerá de forma gradual: o exercício de 2026 constitui período de teste e adaptação, sem efeitos arrecadatários relevantes; a CBS passa a ser exigida a partir de 2027, com a consequente extinção do PIS e da COFINS; e o IBS substitui progressivamente o ISS entre 2029 e 2032, com extinção integral do ISS prevista para 2033.

A Companhia segue monitorando a evolução da regulamentação e aguarda a edição das normas complementares pela Receita Federal e pelo Comitê Gestor do IBS, essenciais para a plena implementação do novo modelo tributário. Diante da complexidade e do processo de transição, ainda não é possível mensurar com exatidão os impactos financeiros finais dessas mudanças.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)), exige o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de ativos e passivos e de receitas e despesas. As estimativas são elaboradas assumindo-se a continuidade dos negócios e definidas com base nas informações disponíveis.

Mudanças nos fatos e nas circunstâncias podem fazer com que as estimativas sejam revistas e os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente.

Os principais julgamentos são apresentados a seguir:

- **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

- Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.
- Provisões para contingências: A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	2	2
Aplicações de liquidez imediata	1.300	22
	1.302	24

As aplicações financeiras de liquidez imediata consistem principalmente em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) emitidos por instituições financeiras de alta qualidade. Esses investimentos acompanham a variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), possuem liquidez imediata, vencimento original de até três meses e risco insignificante de variação de valor. Em 31 de dezembro de 2025 era de 98% do CDI (98% em 31 de dezembro de 2024).

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber faturadas	3.387	5.533
Contas a receber a faturar	4.252	-
(-) Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(3.387)	(3.407)
	4.252	2.126

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentada a idade de vencimento das contas a receber:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	4.252	2.126
Vencidos		
Acima de 181 dias	3.387	3.407
	7.639	5.533

A seguir é apresentada a movimentação da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(3.407)	(3.442)
(+) Reversão PECLD	20	35
	(3.387)	(3.407)

6. Outros ativos

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores	273	383
Compensação Transitória de Boleto, TED, PIX e Outros	-	13
Eventos da Conta Pré-Paga	20	73
Créditos a identificar	293	469

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

	Equipamentos informática	Benfeitoria	Total de Imobilizado
Custo			
Em 31 de dezembro de 2024	-	1.434	1.434
Venda	-	(500)	(500)
Baixa	-	(934)	(934)
Em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
Adições	16	-	16
Saldo em 31 de dezembro de 2025	16	-	16
Depreciação acumulada			
Em 31 de dezembro de 2024	-	(821)	(821)
Baixa	-	821	821
Em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
Adições	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(2)	-	(2)
Valor residual líquido em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
Valor residual líquido em 31 de dezembro de 2025	14	-	14

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se a obrigações decorrentes da contratação de serviços no curso normal das operações da Companhia. Os valores são reconhecidos pelo custo, que se aproxima do valor justo em razão do curto prazo de liquidação, e não estão sujeitos a encargos financeiros ou atualização monetária quando liquidados nos prazos contratuais.

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	3.243	118
	3.243	118

9. Tributos a recolher

Refere-se a tributos e contribuições retidos ou apurados pela Companhia, ainda não recolhidos aos respectivos entes públicos na data-base, cujo vencimento ocorre nos prazos legais estabelecidos pela legislação tributária aplicável. Os saldos são classificados no passivo circulante, dado o prazo de recolhimento inferior a doze meses.

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS a faturar	393	-
ISS a recolher a faturar	213	-
ISS a recolher	192	-
PIS e COFINS a recolher	144	111
Impostos sobre serviços tomados	38	4
IR sobre mútuos a recolher	36	83
	1.016	198

10. Outros passivos

	31/12/2025	31/12/2024
Credores diversos	197	208
Trabalhistas e sociais	6	-
Outros passivos	2	2
	205	210

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos

A Companhia possui operações destinadas a capital de giro, incluindo emissão privada de Notas Comerciais e utilização de limite de cheque especial, conforme a seguir:

A composição dos saldos é apresentada a seguir:

Credor / Investidor	Produto / Natureza	Valor original	Encargos	Vencimento final	31/12/2025	31/12/2024
					Passivo	Passivo
Solis Warehouse Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial	1ª emissão de Notas Comerciais – Série Única	10.000	8,00% a.a. + 100% CDI, pagos mensalmente	02/12/2027	10.182	3.965
Banco Itaú	Cheque especial para capital de giro	1	Isento de juros se liquidado em curto prazo	Sem prazo contratual definido	-	1
					10.182	3.966
Circulante					6.667	-
Não circulante					3.515	-

Descrição da operação com Notas Comerciais:

Em 18 de julho de 2024, a Companhia realizou a 1ª emissão de Notas Comerciais, em série única, no valor total de R\$ 5.010, para colocação privada junto ao Solis Warehouse Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial. As Notas possuem garantia fidejussória prestada por avalista pessoa física e vencimento em 20 de julho de 2026, com pagamento do principal em parcela única na data de vencimento e juros pagos mensalmente.

Em 1º de dezembro de 2025, a Companhia realizou a 2ª emissão de Notas Comerciais, em série única, no valor total de R\$ 10.000.

A remuneração das Notas Comerciais é composta por taxa pré-fixada de 8% a.a., acrescida de 100% da variação acumulada do CDI. Os instrumentos preveem ainda hipóteses de amortização extraordinária, resgate antecipado e vencimento antecipado em caso de inadimplemento ou demais eventos previstos contratualmente.

A seguir é apresentada a movimentação dos empréstimos:

Saldo em 01 de janeiro de 2024	-
(+) Captação	5.010
(+) Provisão de juros	351
(-) Pagamentos	(1.395)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.966
(+) Captação	10.000
(+) Provisão de juros	752
(-) Pagamentos	(4.536)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.182

12. Contas a Pagar para Partes Relacionadas

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.1. Saldos e operações

Transações com partes relacionadas:

Os saldos apresentados no quadro abaixo são de partes relacionadas, uma vez que que pertencem aos sócios e pessoas ligadas diretamente a Companhia.

	31/12/2025	31/12/2024
	Passivo	Passivo
Mútuo - Pessoa Física (i)	1.509	7.112
Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A. (ii)	2.822	-
	4.331	7.112
Circulante	4.331	6.471
Não circulante	-	641

- (i) Estes saldos referem-se a montantes de mútuos concedidos por empresas e pessoas vinculadas à Companhia; e
- (ii) Refere-se à política de incentivos para atração de clientes. A Sociedade de Crédito Direto (SCD) do grupo atua fornecendo a tecnologia e realizando os pagamentos aos clientes, de modo que o valor registrado no passivo representa a obrigação da empresa junto à SCD, pois os parceiros comerciais que compõem este montante encontravam-se em transição contratual da SCD para a Soma Tecnologia.

A seguir é apresentada a movimentação dos mútuos:

Saldo em 01 de janeiro de 2024	18.541
(+) Provisão de juros	1.613
(-) Pagamentos	(7.042)
(-) Conversão em Capital Social	(6.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.112
(+) Provisão de juros	595
(-) Pagamentos	(6.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.509

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu o aumento de capital social mediante a capitalização de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) de mútuos com partes relacionadas, conforme detalhado na Nota Explicativa 14. A operação evidencia o compromisso da Administração e dos acionistas com o fortalecimento da estrutura de capital da Companhia e com a sustentabilidade de suas operações no longo prazo.

12.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram considerados como pessoal-chave da Administração os diretores estatutários.

Não houve pagamento de remuneração nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Os benefícios de curto prazo, quando aplicáveis, incluem salários, férias, bônus, encargos sociais e benefícios indiretos, como assistência médica e seguro de vida, entre outros.

13. Riscos processuais

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia é parte envolvida em determinado assunto legal decorrente do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhista e cível.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, quando existentes, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados.

Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados prováveis por seus assessores jurídicos e que são individualmente não relevantes, podem ser assim resumidos:

	31/12/2025	31/12/2024
Contingências cíveis	-	16
	-	16

Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis por seus assessores jurídicos e que são individualmente não relevantes, podem ser assim resumidos:

	31/12/2025	31/12/2024
Contingências cíveis	-	84
	-	84

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 18.444 (dezoito milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais), dividido em 5.555 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco).

Aumentos de capital

Em 10 de junho de 2024, conforme deliberação em reunião de sócios, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 13.444(treze milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais), mediante a emissão de 555.555 novas ações ordinárias

Esse aumento foi integralmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, sendo R\$ 6.0000(Seis milhões de reais) provenientes da conversão do saldo de mútuo mantido com os sócios, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 12, e o valor remanescente aportado em dinheiro.

b) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido da Companhia, conforme os termos da legislação societária. Será constituída obrigatoriamente pela Companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida, ou poderá, a critério da Companhia, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante da reserva de capital, atingir 30% do capital social.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram realizadas destinações para a reserva legal.

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo e/ou juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram realizadas destinações para dividendos.

d) Reserva de retenção de lucros

Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar/reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram realizadas destinações para a reserva de retenção de lucros.

e) Resultado por ação

Resultado básico e diluído

O resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Resultado básico/ diluído por ação	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas	(4.312)	2.995
Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada	5.556	5.310
Resultado por ação – Em reais	(0,78)	0,56

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Faturamento — receita bruta de serviços	31.522	821
Percentual de presunção — serviços	32%	32%
Base presumida dos serviços	10.087	263
Receitas financeiras (tributadas integralmente)	131	17
Base de cálculo do IRPJ e da CSLL	10.218	280
IRPJ — alíquota de 15%	1.533	42
IRPJ — adicional de 10% (excedente acima do limite anual)	998	4
CSLL — alíquota de 9%	920	25
IRPJ e CSLL — despesa do exercício	3.450	71
IRRF sobre aplicações financeiras (antecipação)	15	-
IRPJ e CSLL a recolher	3.435	71
Resultado contábil antes do IRPJ e da CSLL	(862)	3.816

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Alíquota efetiva (despesa ÷ resultado contábil antes dos tributos)	-400,25%	1,86%

A Companhia possui créditos fiscais não reconhecidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 26.626 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 10.169 em 31 de dezembro de 2023), por entender que não há lucro tributável em futuro previsível.

16. Receita líquida de serviços

A conciliação entre a receita bruta de serviços e a receita líquida de serviços é apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta sobre serviços	35.695	7.519
(-) impostos sobre serviços	(3.431)	(529)
	32.264	6.990

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Custos e despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das suas despesas e custos com base em sua função. Abaixo segue a conciliação para a apresentação de acordo com sua natureza:

	31/12/2025					31/12/2024				
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Despesas comerciais	Despesas de Pessoal	Outras despesas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Despesas comerciais	Outras receitas (despesas)	
Comissões	-	-	(25.297)	-	-	-	-	-	-	
Serviços terceirizados	-	(705)	(712)	-	-	-	(230)	-	-	
Publicidade e propaganda	-	-	(2.875)	-	-	-	-	(1)	-	
Tecnologia e Softwares	(1.411)	-	-	-	-	(493)	-	-	-	
Telecomunicações	-	(285)	-	-	-	-	(191)	-	-	
Honorários da diretoria	-	-	-	(90)	-	-	-	-	-	
Benefícios para colaboradores	-	(77)	-	-	-	-	(65)	-	-	
Aluguéis	-	(24)	-	-	-	-	-	-	-	
Energia elétrica e água	-	(22)	-	-	-	-	(8)	-	-	
Custas e processos judiciais	-	(18)	-	-	-	-	(13)	-	-	
Encargos sociais	-	-	-	(18)	-	-	-	-	-	
Reversão de provisão para contingências	-	16	-	-	-	-	(12)	-	-	
Depreciação e amortização	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	
Tarifas bancárias operacionais	(2)	-	-	-	-	(12)	-	-	-	
Treinamentos	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas	-	-	-	-	-	-	-	34	-	
Outras receitas (despesas)	-	(53)	-	-	(222)	-	(19)	-	(222)	
	(1.413)	(1.171)	(28.884)	(110)	(222)	(505)	(538)	33	(222)	

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro, líquido

Receitas financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de aplicação financeiras	116	17
Outras receitas financeiras	110	136
Descontos obtidos	3	-
	229	153

Despesas financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Juros passivos	(1.373)	(2.063)
IOF	(39)	(16)
Tarifas bancárias administrativas	(27)	(14)
Multas	(1)	(1)
Descontos concedidos	(114)	-
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
	(1.555)	(2.095)

19. Gestão de risco financeiro

A Companhia pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Gestão de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

I) Risco de Crédito

O risco de crédito da Companhia se caracteriza pelo não cumprimento, por um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, de suas obrigações contratuais.

A Companhia tem como objetivo a prática de desenvolvimento e licenciamento de programas de computador e customizáveis ou não, agente de cobrança, correspondente a instituições financeiras, intermediação e gerenciamento de serviços e negócios em geral, prestação de serviços auxiliares no setor financeiro e promoção de vendas.

As operações da Companhia são compostas na sua grande maioria por clientes pessoas físicas, mediante a cobrança por boleto bancário, cartões de crédito e crédito em conta. Dado o ticket médio baixo, a carteira de cliente é pulverizada sem risco concentrado em nenhum cliente.

A administração considera que a exposição máxima ao risco de crédito dos ativos financeiros da Companhia está refletida pelos saldos de contas a receber registrados no balanço patrimonial. Além disso, as aplicações financeiras da Companhia são realizadas em instituições com reconhecimento no mercado, baseadas em ratings nacionais fornecidos pelas principais agências de classificação de risco, como Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's.

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com relação às aplicações financeiras e aos títulos de valores mobiliários, a Companhia adota uma política de investimentos com o objetivo de estabelecer diretrizes claras para a gestão do caixa e minimizar os riscos associados. Conforme essa política, as aplicações devem ser realizadas de maneira conservadora, sendo permitidas apenas em fundos de investimento classificados como de baixo risco de mercado, certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas.

A gestão do caixa da Companhia é orientada para assegurar o cumprimento dos seguintes requisitos:

- As aplicações financeiras devem ser alocadas exclusivamente em instituições com rating nacional reconhecido pelas principais agências de classificação de risco;
- A Companhia deve manter 100% de seu caixa em ativos que garantam alta liquidez no curto prazo (até 30 dias), assegurando o cumprimento pontual de suas obrigações tanto em situações normais quanto em cenários de estresse financeiro.

II) Risco de liquidez

As decisões de investimentos são tomadas a luz dos impactos dos mesmos nos fluxos de caixa de curto prazo (até 12 meses). A diretriz da Companhia é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos e de cobertura financeira das obrigações, mitigando assim o risco liquidez. Para financiar a expansão de suas operações, a Companhia busca estruturar junto ao mercado financeiro operações de financiamento de longo prazo, de modo a alinhá-la ao fluxo de caixa esperado.

A seguir estão os vencimentos contratuais dos passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida.

31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	06-12 meses	01-02 anos	02-05 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	3.243	3.243	3.243	-	-	-
Empréstimos	10.182	12.210	3.461	3.205	5.544	-
Contas a pagar para partes relacionadas	4.331	4.331	4.331	-	-	-
	17.756	19.812	11.063	3.205	5.544	-
31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	06-12 meses	01-02 anos	02-05 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	118	118	118	-	-	-
Empréstimos	3.966	4.313	1.599	1.252	1.462	-
Contas a pagar para partes relacionadas	7.112	7.478	3.353	3.118	1.007	-
	11.196	11.909	5.070	4.370	2.469	-

III) Risco de mercado

O Risco de Mercado é dividido em Risco Cambial, Risco de Taxa de Juros e Risco de Valor Justo.

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Risco cambial

Em relação à exposição ao risco cambial, informamos que, no exercício de 2025 e 2024, a Companhia não apresentou valores expostos a riscos relacionados a flutuações nas taxas de câmbio.

b) Risco de taxa de juros

	Valor contábil	
	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos financeiros de taxa juros		
Caixa e equivalentes de caixa (i)	1.300	22
Ativos financeiros	1.300	22
Empréstimos	10.182	3.966
Contas a pagar para partes relacionadas	4.331	7.112
Passivos financeiros	14.513	11.078
	15.813	11.100

(i) Os montantes apresentados contemplam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, que podem ser analisados em maiores detalhes na NE 4.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Conforme disposto no CPC 40 / IFRS 7 que aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, a Companhia deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários estão concentrados em investimentos pós-fixados atrelados à variação do CDI.

Passivos financeiros (exposição por tipo de risco)

Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório focus. O cenário provável é o cenário trabalhado pela Administração e pode ser entendido como saldo estimado dos empréstimos e financiamentos ao final do exercício atual. Nos cenários II e III foram sensibilizadas as respectivas variáveis de risco em 25% e 50%.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade da administração da Companhia e o efeito caixa das operações em aberto em 31 de dezembro de 2025, assim como os valores dos indexadores utilizados nas projeções.

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Variável de risco	Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Caixa e equivalentes de caixa (i)	CDI	1.300	1.486	1.533	1.579
Empréstimos	CDI	10.182	11.640	12.005	12.369
Contas a pagar para partes relacionadas (ii)	CDI	4.331	4.951	5.106	5.261
Impacto no resultado antes dos impostos			18.077	18.644	19.209

2025		
Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
14,32%	17,90%	21,48%

(i) Os montantes apresentados contemplam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, que podem ser analisados em maiores detalhes na NE 4.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2025. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2025 verificando a sensibilidade destes em cada cenário no exercício atual.

c) Determinação do valor justo

A administração considera que ativos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo.

Os valores justos dos ativos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumentos	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa (i)	1.300	1.300	22	22
	1.300	1.300	22	22

(i) Os montantes apresentados contemplam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, que podem ser analisados em maiores detalhes na NE 4.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2025				
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado				
Caixa e equivalente de caixa (i)	1.300	-	-	1.300
	1.300	-	-	1.300

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2024				
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado				
Caixa e equivalente de caixa (i)	22	-	-	22
	22	-	-	22

(i) Os montantes apresentados contemplam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, que podem ser analisados em maiores detalhes na NE 4.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2025 e 2024 instrumentos financeiros de nível 2 e 3 e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia foram apurados conforme descrito abaixo. A Companhia não atua no mercado de derivativos, assim como não há outros instrumentos financeiros derivativos registrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Contas a receber e empréstimos e financiamentos

Os saldos de financiamentos e de contas a receber têm seus valores justos similares aos saldos contábeis.

Limitações

O valor justo foi estimado na data do balanço, baseado em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar as estimativas apresentadas.

IV) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora a estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde dívida líquida expressa como percentual do capital total. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumarizados.

	31/12/2025	31/12/2024
Dívida (a)	(14.513)	(11.078)
Caixa e equivalentes de caixa	1.302	24

Soma Tecnologia e Serviços S.A.

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras.

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Dívida líquida (caixa líquido)	(13.211)	(11.054)
Passivo a descoberto (b)	(13.856)	(9.544)
Índice de endividamento líquido	-95%	-116%

- (a) A dívida é definida como empréstimos e mútuos classificados no circulante e não circulante, conforme detalhado nas NE 11 e 12, respectivamente.
- (b) O passivo a descoberto representa a parcela negativa do patrimônio líquido da Companhia, indicando que as obrigações superam os ativos disponíveis. Esse saldo inclui todo o capital e as reservas da Companhia, os quais são geridos em conjunto como parte da estrutura de capital, com o objetivo de monitorar e garantir a capacidade de cumprir com as obrigações financeiras.

20. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais informações financeiras segmentadas estão disponíveis e são avaliadas pelo tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento.

A conclusão da Administração é de que a Companhia opera em um único segmento operacional, tendo em vista que:

- (i) Todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em informações consolidadas;
- (ii) O objetivo da Companhia é de prover aos seus clientes, serviços de desenvolvimento e licenciamento de programas de computador e customizáveis ou não, agente de cobrança, correspondente a instituições financeiras, intermediação e gerenciamento de serviços e negócios em geral, prestação de serviços auxiliares no setor financeiro e promoção de vendas; e
- (iii) Todas as decisões estratégicas, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases sólidas.

21. Eventos subsequentes

Entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação, não ocorreram eventos subsequentes que pudessem provocar ajustes ou alterações relevantes nas informações divulgadas, ou que necessitassem de divulgação adicional.